



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILICÍNEA

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.239.608/0001-39

Pça. Pe. João Lourenço Leite, 53 – Centro – Ilicínea

Tel.: (0xx35) 3854.1319 – CEP: 37175-000

LEI Nº 2078 de 22 maio de 2017

Dispõe sobre o Programa de Recuperação de Débitos Fiscais Municipais – REFIS, e dá outras providências.

CAPÍTULO I PROGRAMA E INCLUSÃO DE DÉBITOS

Art. 1º Fica instituído o Programa Municipal de Recuperação Fiscal – REFIS, estabelecendo condições especiais para quitação de dívida e/ou débitos para com o Município, de natureza tributária, inscritos em dívida ativa ou não, que se encontre em cobrança judicial ou em procedimento administrativo.

Art. 2º Poderão integrar o programa municipal de recuperação fiscal – REFIS, para fins de quitação à vista ou em parcelas, as dívidas de responsabilidade do aderente, de natureza tributária e fiscal, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016.

Parágrafo Único. Considera-se dívida ativa municipal, para efeito desta lei, o valor compreendido, além do débito principal, os juros de mora, a multa e a correção monetária incidentes até a data da assinatura do termo de adesão do Programa, em conformidade com o Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO II PARTICIPANTES DO PROGRAMA

Art. 3º Podem aderir ao programa municipal de recuperação fiscal – REFIS, todos os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas com débitos para com o Município, de natureza tributária, além dos responsáveis tributários, sucessores, terceiros interessados, mediante autorização por escrito devidamente autenticada pelo titular.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, considera-se terceiro interessado o locatário, o cessionário, o usufrutuário, o donatário, o comodatário, o arrendatário, o representante legal ou procurador regularmente constituído, o cônjuge (ou companheiro), seu descendente, ascendente em até segundo grau, seu irmão, herdeiro ou inventariante, mediante prova documental idônea dessa qualidade, autorizada em Lei específica.

CAPÍTULO III REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA ADESÃO AO PROGRAMA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILICÍNEA

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.239.608/0001-39

Pça. Pe. João Lourenço Leite, 53 – Centro – Ilicínea

Tel.: (0xx35) 3854.1319 – CEP: 37175-000

Art. 4º Para aderir ao programa, o requerente deve atender os requisitos estabelecidos no mesmo, conforme a natureza do débito a ser objeto de inclusão, assim como assumir a consolidação da dívida integral de sua responsabilidade.

SEÇÃO I DÉBITOS PENDENTES DE LANÇAMENTO

Art. 5º Os débitos tributários instituídos a título de substituição tributária podem ser objeto do REFIS, de responsabilidade do aderente, após a assinatura do termo de adesão.

SEÇÃO II DÍVIDAS EM COBRANÇA ADMINISTRATIVA

Art. 6º Os débitos em fase de cobrança administrativa, após a adesão ao REFIS, mediante termo devidamente assinado, ficam expressamente confessados, restando prejudicada qualquer oposição por parte do aderente em face do programa municipal de recuperação fiscal, renunciando ao direito em que se funda a oposição.

§ 1º Os débitos tributários com exigibilidade suspensa por ato da administração, ao serem incluídos no presente programa, tornam-se exigíveis e passíveis de adesão do contribuinte.

§ 2º Fica condicionada a adesão ao programa à apresentação, pelo interessado, da desistência do processo administrativo devidamente homologado pela autoridade competente.

SEÇÃO III DÍVIDAS PARCELADAS

Art. 7º Os débitos objeto de parcelamento anterior ao programa, tanto na esfera administrativa quanto judicial, cujo pagamento esteja em atraso ou não, poderão ser incluídos no presente programa.

§ 1º A adesão ao programa implica em amoldar a totalidade do débito parcelado não quitado à forma de recálculo, a consolidação e pagamento conforme disposições desta Lei.

§ 2º Para os efeitos deste Programa, a dívida a ser incluída alcança exclusivamente o valor remanescente não pago do parcelamento em vigor, sem compensação, restituição, retenção em relação aos pagamentos já recolhidos aos cofres municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILICÍNEA

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.239.608/0001-39

Pça. Pe. João Lourenço Leite, 53 – Centro – Ilicínea

Tel.: (0xx35) 3854.1319 – CEP: 37175-000

SEÇÃO IV DÍVIDAS EM COBRANÇA JUDICIAL

Art. 8º As dívidas Fiscais em cobrança judicial e/ou suspensas por decisão judicial, podem ser incluídas no programa, atendidos as exigências da presente Lei.

§ 1º O contribuinte que possuir débito fiscal em cobrança judicial, em que não exista penhora nos autos, poderá aderir ao REFIS, mediante termo devidamente assinado, ficando o processo suspenso até a quitação do parcelamento.

§ 2º Na hipótese do débito fiscal encontrar-se em cobrança judicial, com penhora nos autos, a Fazenda Pública Municipal deverá requerer a suspensão do processo, em petição conjunta com o contribuinte, cujo ato de penhora não será desconstituído até a quitação total do parcelamento, acordado com o Município.

§ 3º O contribuinte que ajuizou quaisquer processos contra a Fazenda Pública Municipal que resultou na suspensão da exigibilidade do débito fiscal, deverá renunciar expressamente ao direito em que se fundam estas ações, sejam embargos, impugnações, incidentes processuais, ações ordinárias ou declaratórias através de pedido protocolado no Fórum respectivo e homologado pelo Poder Judiciário antes da adesão ao REFIS 2017.

§ 4º O contribuinte para optar pelo programa instituído por esta lei, se envolvido em processo judicial de natureza fiscal, seja na qualidade de requerente ou requerido, embargante ou embargado, exequente ou executado, além de renunciar expressamente ao direito de sua pretensão, deverá reembolsar a Fazenda Pública Municipal das despesas processuais.

§ 5º A adesão ao REFIS não exclui a obrigação do contribuinte ao recolhimento de eventuais honorários de sucumbência.

CAPÍTULO IV PROCEDIMENTO PARA ADESÃO E PROCESSAMENTO

Art. 9º O ingresso no programa dar-se-á por opção do contribuinte, do responsável por substituição, do terceiro interessado ou de seus sucessores, mediante requerimento devidamente protocolizado na Prefeitura Municipal.

Art. 10. Deverão ser apresentados à Divisão de Arrecadação, na data da adesão, os seguintes documentos:

I – cópia do CNPJ, para pessoa jurídica, e do CPF, quando pessoa física;



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILICÍNEA

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.239.608/0001-39

Pça. Pe. João Lourenço Leite, 53 - Centro - Ilicínea

Tel.: (0xx35) 3854.1319 - CEP: 37175-000

II - requerimento de desistência dos atos de defesa nos processos administrativos nos quais estejam sob discussão os débitos incluídos no Programa;

III - comprovante do reembolso das despesas processuais, no caso de débitos fiscais ajuizados.

Art. 11. A Divisão de Arrecadação processará os termos do contrato de adesão constando pormenores com a identificação da dívida fiscal e origem dos débitos tributários, cujos demonstrativos comporão a confissão de dívida do contribuinte.

Art. 12. Consolidado e calculado o débito fiscal, os pagamentos ocorrerão da seguinte maneira:

I - O prazo para adesão do Programa será de 02 meses a partir da sanção desta lei.

II - Será concedido desconto de 100% (cem por cento) do valor correspondente à multa e juros de mora, para pagamento à vista;

III - Para os contribuintes que pretenderem o parcelamento da dívida existente, parcelamento este limitado a 05 parcelas, ficando autorizado o desconto em folha de pagamento dos servidores do Município, que aderirem ao Refis, serão observados os seguintes descontos incidentes sobre os juros de mora e multa

a) 90% (noventa por cento) para pagamento em tres parcelas;

b) 80% (oitenta por cento) para pagamento em quatro parcelas;

c) 70% (setenta por cento) para pagamento em cinco parcelas;

IV - Em hipótese alguma será admitida parcela com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

CAPÍTULO VI INADIMPLÊNCIA E EXCLUSÃO DO PROGRAMA

Art. 13. A falta de pagamento de qualquer parcela da dívida fiscal devidamente consolidada sujeita o contribuinte a multa e juros legais sobre o remanescente da dívida fiscal, de acordo com o Código Tributário Municipal, assim como sua exclusão do Programa de que trata esta Lei.

Art. 14. A exclusão do contribuinte do Programa importa na exigibilidade da totalidade do débito fiscal remanescente, sem os descontos concedidos, com o prosseguimento dos procedimentos administrativos ou judiciais, com os acréscimos legais, deduzidos os valores pagos pelo contribuinte com idêntica correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ILICÍNEA

Estado de Minas Gerais - CNPJ: 18.239.608/0001-39

Pça. Pe. João Lourenço Leite, 53 – Centro – Ilícinea

Tel.: (0xx35) 3854.1319 – CEP: 37175-000

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. A adesão do contribuinte em débito fiscal para com o Município não impede a revisão dos valores das dívidas confessadas, posteriormente, por inexatidões verificadas, para efeito de lançamento suplementar.

§ 1º Apurada pela Divisão de Arrecadação inexatidão dos débitos fiscais confessados, o respectivo montante, depois de notificado o contribuinte, deverá ser incluído no parcelamento, mediante os princípios definidos por esta Lei. As inexatidões que se verificarem em favor do contribuinte terão o mesmo procedimento.

§ 2º O não cumprimento pelo contribuinte dos requisitos previstos nesta Lei quanto aos débitos fiscais remanescentes, implica no indeferimento de novo requerimento de adesão ao presente programa.

Art. 16. A Assessoria Jurídica do Município é o órgão competente para decidir sobre os atos relacionados com a aplicação desta Lei.

Art. 17. A opção pelo programa sujeita o contribuinte à aceitação plena de todas as condições estabelecidas nesta Lei e constitui confissão irrevogável da dívida relativa aos débitos fiscais nele incluídos.

Art. 18. A administração do programa será de responsabilidade da Divisão de Arrecadação, a quem compete o gerenciamento dos procedimentos previstos nesta lei, bem como promover a integração das rotinas e procedimentos necessários ao desenvolvimento das suas atividades.

Art. 19. A presente Lei não contempla parcelamentos de obrigação contratual e financeira, assim entendidas as celebradas em contratos autônomos ou de adesão diferenciados dos previstos nesta Lei.

Art. 20. O programa criado encerrar-se-á em 02 (dois) meses a partir da entrada em vigor da presente lei.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ilícinea, 24 de abril de 2017.


Edvaldo Belinelli
Prefeito Municipal

